

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Instituições de Longa Permanência para Idosos

ATA CIRCUNSTANCIADA

Aos seis dias do mês de agosto de 2014, a partir das 13h30min, realizou-se no Centro de Cultura, localizado na Rua Dr. Collares, nº 436, na cidade de Ponta Grossa, audiência pública com objetivo de discutir e debater a regularidade e adequação das Instituições de Longa Permanência para Idosos em funcionamento no município. Foram disponibilizadas listas de presença, de autoridades e de inscrição para manifestação na audiência pública. De acordo com as listas de presença, participaram da audiência pública 100 (cem) pessoas. Aberta a audiência pública, foi composta a mesa de honra com as seguintes autoridades: Emiliano Antunes Motta Waltrick, Promotor de Justiça; Armando Madalosso Vieira, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Ponta Grossa; Angela Conceição Oliveira Pompeu, Secretária Municipal de Saúde; Jaime Menegoto Nogueira, Diretor da 3ª Regional de Saúde e Beatriz Souza, representando o Secretário Municipal de Assistência Social.

Após a saudação inicial pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Ponta Grossa, a mesa de honra foi desfeita, sendo composta a mesa dos trabalhos, integrada pelo Promotor de Justiça Emiliano Antunes Motta Waltrick; pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Ponta Grossa, Armando Madalosso Vieira; pelo Assistente Social e Conselheiro Adrianis Galdino da Silva Junior; por Jose Marcondes Ribeiro Pessoa, representando a Vigilância Sanitária Estadual; assim como Ana Meri Maciel e Patrick Westphal Ferreira, representando a Vigilância Sanitária Municipal.

Inicialmente o Promotor de Justiça Emiliano Antunes Motta Waltrick, agradecendo a presença da comunidade, gestores e servidores públicos, estudantes, dirigentes e equipes técnicas de entidades, explicou no que consiste uma audiência pública e suas finalidades, explicitando os objetivos específicos pretendidos, a ordem dos trabalhos e as regras para manifestação oral e escrita.

Em seguida o Conselheiro Adrianis Galdino da Silva Junior passou a caracterizar as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), abordando aspectos da Política Nacional e do Estatuto do Idoso indispensáveis para o funcionamento adequado de uma ILPI.

Dando prosseguimento à fala anterior, os representantes da Vigilância Sanitária Municipal abordaram questões ligadas à RDC/ANVISA nº 283, de 26 de setembro de 2005, em especial acerca do roteiro de inspeção, especificando os itens imprescindíveis que são exigidos para obtenção de licença sanitária.

Em conclusão, o Promotor de Justiça Emiliano Antunes Motta Waltrick explicou o papel de cada órgão que compõe a mesa em relação à fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e seus objetivos, ressaltando que o objetivo do trabalho conjunto estabelecido entre Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e Vigilância Sanitária é de verificar, orientar e buscar preferencialmente que eventuais irregularidades sejam sanadas e que as entidades fiscalizadas se adequem às exigências legais e regulamentares. Em continuidade, passou a abordar as consequências jurídicas do funcionamento irregular de uma ILPI, elencando as responsabilidades e as sanções de natureza administrativa, civil e criminal.

Encerrada as explicações introdutórias, possibilitou-se o pronunciamento dos participantes previamente inscritos. Ao todo 20 (vinte) pessoas fizeram uso da palavra ou encaminharam manifestação por escrito, apresentando problemas pontuais relacionados ao funcionamento de uma ILPI e trazendo dúvidas acerca das questões abordadas nas falas introdutórias.

Neste contexto impende destacar as manifestações da Ouvidora da Secretaria Municipal de Saúde Daniele Antoni Calixto Strack, da

Gerente de Saúde Mental Ana Paula Almeida Rocha Ohata e da Coordenadora da Vigilância Sanitária Municipal Ângela Soely Raimundo Pauli as quais expuseram a necessidade de que os responsáveis técnicos das ILPI's assumam suas responsabilidades e sejam cobrados para tanto, coibindo-se a atuação meramente formal dos profissionais habilitados para tanto.

Da mesma forma, a integrante do Núcleo de Assistência Social, Jurídica e de Estudos sobre a Pessoa Idosa (NASJEPI) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Denise Stroberg Schultz apresentou questionamentos acerca da demanda observada e do número de vagas em ILPI's disponibilizadas, do atendimento que está sendo feito às famílias e da conscientização da necessidade de preservação de tais vínculos, assim como em relação à problemática do endividamento dos idosos em virtude de empréstimos consignados, que também foi objeto de manifestação da estagiária do curso de Direito da UEPG, Maria Luiza Deschamps, a qual ainda observou a importância da promoção das relações intergeracionais dentro das ILPI's.

Neste sentido, a estagiária do curso de Serviço Social da UEPG, Chirlei Pereira dos Santos lembrou a necessidade de se trabalhar continuamente a restituição dos vínculos familiares.

O comerciário aposentado Luiz Carlos Gorchinski, após ressaltar as sanções criminais previstas no Estatuto do Idoso, sugeriu a incorporação nos currículos escolares de matérias que abordem a questão do idoso.

As assistentes sociais Regina e Débora Giseh, trouxeram, ainda, questionamentos acerca do cofinanciamento das ILPI's conforme o grau de dependência dos idosos atendidos.

Por fim, a Superintendente da Assistência Social Beatriz Souza e o advogado Irapuan Zimmermann de Noronha chamaram atenção para necessidade de se prever locais com condições de atender de forma especializada os idosos que também apresentam sofrimento psíquico.

Encerrada as manifestações dos participantes, o Promotor de Justiça Emiliano Antunes Motta Waltrick agradeceu a presença de

todos, enfatizando que as questões levantadas na audiência pública serão apreciadas e discutidas pelo Ministério Público e pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, os quais se reunirão após a conclusão dos trabalhos para deliberar e acordar um plano de trabalho relacionado à política de assistência aos idosos em Ponta Grossa.

Nada mais havendo, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelo Promotor de Justiça Emiliano Antunes Motta Waltrick.

Emiliano Antunes Motta Waltrick

Promotor de Justiça